

Ulysses aponta defeitos na Carta

BRASÍLIA — Ao receber ontem, em seu gabinete de Presidente da Câmara, o texto do Relator Bernardo Cabral que será votado no segundo turno pelo plenário da Assembleia Constituinte, o Presidente da República em exercício, Deputado Ulysses Guimarães, fez elogios à futura Carta e apontou defeitos no atual projeto, que, acredita, serão cortados através de emendas supressivas: a ampliação da licença-gestante para 120 dias, a licença-paternidade de oito dias, o salário para deficientes físicos, a jornada de seis horas para o turno de trabalho, a liberdade de greve e o voto facultativo entre os 16 e os 18 anos.

A cerimônia de entrega do texto de Bernardo Cabral reuniu as principais lideranças partidárias e foi marcada por um discurso de Ulysses, que, afastado temporariamente da Presidência da Assembleia, comentou o mérito de algumas das inovações aprovadas pela Constituinte.

— A presença de tantos líderes e repórteres me dá cócegas na língua — disse ele na introdução de seus comentários depois das saudações, agradecimentos e elogios de praxe.

— Eu sinto orgulho desta Constituição. Ela ainda tem alguns defeitos, que vamos procurar corrigir, mas a História nos fará justiça. Depois da Constituinte teremos um novo Brasil, um país com rotas, com caminhos a seguir, com cheiro de povo — afirmou em seguida.

Segundo o Presidente da República em exercício, a Constituinte conseguiu três avanços fundamentais: a instituição da democracia direta, o fortalecimento da Federação e a ampliação dos benefícios da Previdência Social. Ele disse que os dispositivos que instituem o plebiscito e o referendo, com poderes para anular decisões do Legislativo e do Executi-



Ulysses: Carta tem defeitos, mas a História fará justiça aos constituintes

vo, estão, para a prática da democracia direta, como o habeas corpus está para as garantias individuais. E frisou:

— A democracia direta e participativa não é mais só uma figura de retórica, mas tem mecanismos que garantem sua prática.

Com a reforma fiscal, que aumenta os recursos destinados diretamente aos Estados e Municípios, Ulysses considera que ficou "reabilitada a

geografia brasileira". A seu ver, a reforma possibilitará a reversão da pirâmide sobre a qual está organizado o Estado brasileiro, com o poder concentrado no Presidente da República.

— Onde está o homem tem que estar o Governo — afirmou o Presidente em exercício, acrescentando ser esta "uma conquista histórica da Constituinte".

Ulysses Guimarães destacou as de-

cisões que ampliam os benefícios da Previdência e da seguridade social, que, na sua análise, aproximam as populações rural e urbana. E, por último, anunciou que, no segundo turno de votações em plenário, a Assembleia dará o acabamento à nova Carta.

— Vamos polir, passar uma lixa fina, para melhorar o que ainda está imperfeito.

Esta afirmação de Ulysses provocou um único e bem-humorado aparte ao seu discurso, feito pelo Líder do PT, Deputado José Genoíno (SP):

— Esse polimento tem que ser dado com jeito, porque a lixa do Centro é perigosa.

Foi em uma entrevista concedida após a cerimônia de entrega do texto do Relator Bernardo Cabral que Ulysses Guimarães enumerou o que chamou de defeitos da nova Carta, dispositivos polêmicos que, espera, serão corrigidos no segundo turno de votações mediante emendas supressivas.

Nesta entrevista ele minimizou as declarações em que o Presidente da Fiesp, Mario Amato, pediu maior participação do Governo para que no segundo turno sejam mudados alguns dos dispositivos da nova Carta.

— A Constituição não é deste ou daquele setor ou sindicato. Todos têm direito de opinar. O Governo também tem. O que ele não pode é pressionar para conseguir uma decisão de uma maneira incorreta. E eu não acredito que ele faça isto — enfatizou.

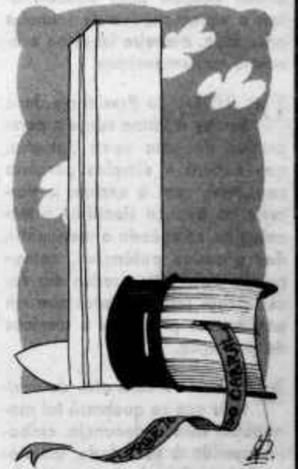
● **MULTINACIONAIS** — À noite, o Deputado Ulysses Guimarães considerou uma "falta de respeito" a decisão das multinacionais de investir US\$ 2 milhões (cerca de CZ\$ 400 milhões) para organizar um lobby visando à supressão de dispositivos já aprovados pela Assembleia.

Gráfica gasta 1.659 t de papel, que serve até para rascunho

O texto de Constituição entregue ontem ao Presidente interino da Constituinte, Mauro Benevides (PMDB-CE), é o quinto projeto do Relator Bernardo Cabral (PMDB-AM). O primeiro, de junho de 1987, reuniu todo o material das comissões temáticas e foi distribuído a 20 mil pessoas. Mas o best-seller do Relator foi o projeto enviado à Sistematização — "Cabral III" — e que na sua terceira edição alcançou 80 mil exemplares. Em um ano e meio de Constituinte, entre projetos, pareceres, avulsos e trabalhos especiais de apoio, a gráfica do Senado já imprimiu 1.659 toneladas de papel, nem sempre utilizado e que está sendo reaproveitado para a confecção de bloquinhos de rascunho.

Um balanço trimestral da Constituinte revela que os gastos totais até março deste ano chegam a CZ\$ 2,5 bilhões. Estão computados aí, entre outros, os gastos com a montagem do painel eletrônico de votação, reformas do plenário, a sessão inaugural e o serviço de computação do Prodasen, que consumiu quase a metade do total: CZ\$ 1,6 bilhão.

A gráfica do Senado gastou pouco mais de CZ\$ 110 milhões com a impressão dos cinco textos do Relator e pareceres sobre as emendas apresentadas em cada fase, além dos textos produzidos pelas 24 subcomissões e pelas oito comissões temáticas.



Os relatórios de Cabral ficaram mais sucintos em cada uma das etapas. O primeiro tinha 556 artigos. O segundo, expedido em julho, 496; e o terceiro, de setembro, a base para a Sistematização, com 264 dispositivos permanentes e 72 transitórios. O texto votado em primeiro turno pelo plenário tinha 271 artigos e 64 disposições transitórias e o entregue ontem, 246 dispositivos permanentes e 76 transitórios.

Projeto de Cabral tem 28 dispositivos a menos

BRASÍLIA — Afirmado não ter modificado o mérito do texto já aprovado, o Relator Bernardo Cabral (PMDB-AM) suprimiu 28 dispositivos, deslocou dez artigos das Disposições Transitórias para o texto permanente da nova Carta e sete em sentido contrário. O Relator escreveu uma apresentação ao Projeto de Constituição em que aconselha o plenário, no segundo turno, e a Comissão de Redação Final a revisar em omissões e equívocos não devidos anteriormente.

A redução da proposta de Carta a 245 artigos permanentes, e 73 transitórios foi feita a partir de um reexame geral do texto. Muitos artigos foram transformados em parágrafos, incisos e alíneas, e deslocados de um título para outro. O artigo quinto, que abre o capítulo dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, por exemplo, saiu da Comissão de Sistematização com 60 incisos, ganhou mais três no plenário e agora ficou com nada menos de 80, tornando-se o mais longo da Constituição.

O capítulo dos Direitos Sociais, onde são tratados os direitos dos trabalhadores, também foi alterado. Toda a matéria referente aos servidores públicos foi reunida no capítulo da Administração Pública. As maiores alterações ficaram para o Ato das Disposições Transitórias, que perdeu dez artigos para um novo título — Disposições Gerais — criado pelo Relator.

Para aí foram os três artigos sobre a criação de novos Estados; as normas que definem os fundos temporários da seguridade social; as regras da arrecadação do SESC, SESI,

OS PRÓXIMOS PASSOS

O novo formato que Cabral deu ao Projeto de Constituição será debatido em plenário a partir de amanhã, primeiro dia para apresentação de emendas, que se estende até a próxima segunda-feira. De quarta a domingo, o Relator terá de analisar as emendas fornecidas ao texto e emitir seu parecer, que será publicado na segunda, dia 13. Os dois dias posteriores serão dedicados aos pedidos de destaque para votação, sendo que o texto só começará a ser votado no dia 21.

SENAI e SENAC; e o artigo que torna desapropriáveis as terras cultivadas com plantas psicotrópicas. A manutenção do Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, foi transformada em parágrafo.

O Ato das Disposições Transitórias ficou com 76 artigos, dispostos na mesma ordem dos títulos do texto principal. Nele, Cabral incluiu 52 dispositivos, tirados da parte permanente ou modificados pela Relatoria. A anistia aos microempresários e produtores rurais, aprovada como emenda aditiva ao artigo 14 das Disposições Transitórias, está expressa em sete parágrafos do artigo 53.

A maior parte dos 28 artigos suprimidos pelo Relator eram relativos ao parlamentarismo, rejeitado pelo plenário. Cabral suprimiu ainda as repetições de matérias: havia, por exemplo, referências esparsas aos direitos da criança e à liberdade de expressão fora dos artigos específicos. Em explicação detalhada na intro-

Nome para a salada

NO TEXTO enxugado pelo Relator Bernardo Cabral, o projeto de Constituição ganhou mais um título, destinado a Disposições Gerais.

TRATA-SE de um desdobramento das Disposições Transitórias, abrigando uma salada mista de propostas, em ge-

ral atendendo a reivindicações de grupos de eleitores.

O RELATOR, impossibilitado de manter a pureza jurídica do projeto, teve de se contentar em respalçar o dicionário, criando o guarda-chuva das "gerais" para disposições que nada têm de transitórias — e são, na maioria, lamentavelmente permanentes.

dução do projeto, ele justifica as alterações, título por título, cuidando até da correção de erros de português. O Relator substituiu, por exemplo, o termo "permanentemente" por "tradicionalmente", no artigo que define as terras indígenas como bens da União.

O português, definido como "língua nacional" passou a ser "língua oficial" e o "tráfico de drogas" passou a ser "tráfico ilícito de entorpecentes". Outras matérias tiveram sua redação resumida, como o artigo 203, que define as diretrizes das ações e serviços públicos de saúde.

Na polêmica Ordem Econômica, Cabral limitou-se a compatibilizar alguns dos artigos, desmembrando-os em parágrafos e incisos, além de alterar o ordenamento geral, colocando lado a lado temas afins.

O Relator teve ainda de processar supressões parciais, retirando, entre outras, qualquer alusão ao território de Fernando de Noronha, que foi

Jobim e Lourenço negociam supressões

BRASÍLIA — Os líderes do PMDB, Deputado Nelson Jobim, e do PFL, Deputado José Lourenço, tiveram ontem o primeiro encontro para negociar as emendas supressivas no segundo turno da Constituinte. Ambos disseram que a conversa foi apenas exploratória e que estão conscientes de que qualquer supressão só será possível mediante acordo de lideranças que garanta maioria. Jobim pretende reunir-se sexta-feira com todos os líderes.

Ele já mandou fazer um levantamento do comportamento do PMDB nas votações do primeiro turno, que lhe servirá de parâmetro para limitar a apresentação de destaques supressivos àqueles que não comprometam a coerência política.

Ninguém deve esperar que o PMDB patrocine mudanças radicais no segundo turno. Só serão apresentadas propostas de supressão se houver justificativa bem fundamentada. É muito importante manter a cara do partido. O PMDB tem uma linha de consistência a ser preservada — afirmou.

O levantamento está sendo realizado pela assessoria da Liderança e consiste no registro das sessões de votação dos temas polêmicos, com as intervenções de encaminhamento de votação e os votos dados pela bancada. Ontem, Nelson Jobim mandou distribuir aos coordenadores de área o texto do Relator Bernardo Cabral (PMDB-AM) com a consolidação das emendas aprovadas pelo plenário, para que deem sugestões.



Lourenço, José Lins e Ronaro Correa

Um pequeno grupo de Deputados do PFL — José Lins (CE), Rita Furtado (RO) e Ronaro Corrêa (MG) — já começou a selecionar temas para emendas. O trabalho será levado amanhã a José Lourenço, mas quase todas as propostas de supressão são conhecidas: turno ininterrupto de seis horas para revezamento, licença-paternidade, tabelamento de juros, voto aos 16 anos e direito de greve. Quanto à anistia para microempresários e pequenos agricultores, Lins acha que será muito difícil derrubá-la.

Plenário decidirá sobre omissões e contradições

Dispositivos conflitantes, omissões e artigos que, ao invés de concederem o benefício pretendido, acabam por torná-lo inaplicável foram devolvidos ao plenário por Bernardo Cabral, que diagnosticou 15 itens irregulares no texto aprovado no primeiro turno. Entre eles, datas diferenciadas para a posse dos Governadores, fixada em 1º de janeiro, e dos Prefeitos, em 31 de janeiro, que ele preferia unificadas.

Outro ponto confuso é o da competência das Casas Legislativas, que pode ser resolvido pela Comissão de Redação Final, a cargo dos Senadores Jarbas Passarinho (PDS-PA) e Afonso Arinos (PSDB-RJ), mas os demais têm que voltar ao plenário, pois alteram o mérito das matérias aprovadas.

No que diz respeito à criação e subdivisão de Es-

tados e incorporação de territórios, existe duplicidade, ditando regras que passam por um plebiscito e obrigam à regulamentação em lei complementar.

Cabral fornece ainda alguns pareceres indicando ao plenário a necessidade de incluir o "caráter facultativo" no artigo que define a constituição dos tribunais e de modificar a redação do artigo que trata das cooperativas.

Mas a maior omissão dos parlamentares se refere a matérias ligadas às suas atribuições. Fixaram o quorum de funcionamento e deliberação para a Câmara e o Senado e se esqueceram do quorum do Poder Legislativo máximo — o Congresso Nacional, em sessão conjunta das duas Casas — que não figura em qualquer dos textos que passaram pelo plenário.